

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



ATA DA 689ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, REALIZADA NOS DIAS 22 E 23 DE MARÇO DE 2019, EM BRASÍLIA-DF.

1
2
3
4
5
6
7
8 **PARTICIPANTES:** Os Economistas Wellington Leonardo da Silva – Presidente; Antonio Corrêa de
9 Lacerda - Vice-Presidente; Conselheiros Federais: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Melki
10 Jr., Clovis Benoni Meurer, Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo Rodrigues da Silva,
11 Fernando de Aquino Fonseca Neto, Heric Santos Hossoé, Júlio Miragaya, Lauro Chaves Neto, Luiz
12 Antonio Rubin, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maurílio Procópio Gomes, Nelson Pamplona da
13 Rosa, Paulo Brasil Corrêa de Mello, Paulo Dantas da Costa, Paulo Salvatore Ponzini, Sávio de Jesus
14 Tourinho da Cunha e Waldir Pereira Gomes. Conselheiros Suplentes convocados pelo rodízio: Paulo
15 Salvatore Ponzini e Sávio de Jesus Tourinho da Cunha. Estiveram presentes também o Conselheiro
16 Federal Interventor do Corecon-AC, Nei Jorge Correia Cardim, e os economistas Adoaldo Quintela,
17 Daniela Magalhães e Lena Lavinias. Participaram, ainda, a Superintendente em exercício, Aline Tales
18 Ferreira; o Procurador-Chefe, Fábio Ronan Miranda Alves; a Assessora da Presidência Jane Lopes
19 da Silva; o Assessor de Comunicação Júlio César Poloni de Góes; o Assessor de Tecnologia da
20 Informação Alexandre Café Rodrigues; o Assessor Jurídico Paulo Roberto Samuel Alves Júnior; o
21 Assessor Raphael Pacheco Filho; o Contador Antonio Tolentino; o Jornalista Manoel José Castanho;
22 e a Supervisora de Serviços Gerais Edna Barroso Machado. **1. ABERTURA DA SESSÃO**
23 **PLENÁRIA:** (áudio, 22/03, sexta-feira, tarde, 00:00 – 01:00) **1.1. Justificativas de ausência e**
24 **votação.** Ausente o Conselheiro Federal Sérgio Guimarães Hardy, por motivos particulares e
25 profissionais, substituído pelo Conselheiro Federal Luiz Antonio Rubin. **2. CONJUNTURA**
26 **ECONÔMICA:** (áudio, 22/03, sexta-feira, manhã, 00:03 – 03:38:20) **2.1. Debate - Tema:**
27 **Perspectivas para a economia brasileira.** O presidente do Cofecon fez a leitura dos currículos das
28 debatedoras: Maria Helena Lavinias de Moraes, professora e pesquisadora do Instituto de Economia
29 da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IE-UFRJ; e Daniela Magalhães Prates, professora e
30 pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. O Vice-Presidente, Antonio Corrêa
31 de Lacerda, conduziu os trabalhos do debate, que teve como tema “Perspectivas para a economia
32 brasileira”. Após as exposições e as contribuições dos conselheiros federais, o Presidente do Cofecon
33 informou que o debate foi transmitido ao vivo por meio da rede social Facebook e obteve 464
34 (quatrocentos e sessenta e quatro) visualizações, 153 (cento e cinquenta e três) espectadores e 32
35 (trinta e duas) interações com comentários, curtidas e compartilhamentos. **3. EXPEDIENTE.**
36 (áudio, 22/03, sexta-feira, tarde, 01:00 – 14:15) **3.1. Ata da Sessão Plenária anterior.**
37 Leitura, emendas e aprovação da Ata da 688ª Sessão Plenária Ordinária, realizada nos dias
38 1º e 2 de fevereiro de 2019, em Brasília-DF. Após ajustes, aprovada a ata. (áudio, 22/03, sexta-
39 feira, tarde, 14:20 – 30:45) **3.2. Informes da Presidência.** Cessão das salas do 12º andar do Edifício
40 Palácio do Comércio. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, informou que a questão
41 já foi apresentada em outras sessões plenárias, mas ainda não foi resolvida, em função das mudanças
42 que ocorrem na estrutura dos ministérios, incluindo a Secretária de Patrimônio da União, e que, além
43 disso, será realizado um laudo sobre o patrimônio. Disse que a situação é preocupante, pois é necessário
44 renovar o comodato, e o Cofecon está acompanhando o processo e insistindo na renovação do contrato.
45 O Conselheiro Federal Nei Jorge Correia Cardim sugeriu a permuta do espaço do Cofecon no quinto
46 andar, caso não seja renovada a concessão. Disse também que é necessário estar atento ao laudo, pois

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

47 o atual deverá ser diferente daquele de quando o imóvel foi cedido, tendo em vista as melhorias feitas
48 no imóvel. O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, informou que tem um laudo físico,
49 elaborado quando foi cedido o imóvel, e que este será um contraponto para o novo laudo. Em relação à
50 permuta, informou que há dificuldade devido ao contrato vigente de aluguel. O Conselheiro Federal
51 Júlio Miragaya informou ser contrário à sugestão de permuta, argumentando que a liberação do espaço
52 não foi condicionada a nenhum tipo de permuta. Relembrou que as condições do espaço eram precárias
53 e que o Cofecon assumiu o compromisso de fazer a reforma porque foi garantido que não havia registro
54 de nenhum caso de cessão revista, bastando renovar a cada dois anos. Disse que tudo está documentado,
55 mostrando todo o investimento na reforma, que ultrapassou 1 (um) milhão de reais. Concluiu que se
56 porventura o contrato não for renovado, o Cofecon deve recorrer à Justiça para que o direito da autarquia
57 prevaleça. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, informou que teve uma reunião
58 com a antiga superintendente, a qual informou que a renovação é cedida para quem já tem concessão,
59 e que o Cofecon realizou todas as solicitações de maneira antecipada, mas o contrato venceu e ainda
60 não foi renovado. Pedido de Licença do Conselheiro Federal Sergio Guimarães Hardy. Durante a leitura
61 da Ata, o Conselheiro Federal Luiz Antonio Rubin questionou a respeito do afastamento do Conselheiro
62 Federal Sérgio Guimarães Hardy, tendo em vista que precisaria organizar sua agenda para substituí-lo,
63 considerando que está afastado até maio. O Presidente do Cofecon solicitou que fosse impresso o pedido
64 de licença enviado pelo Conselheiro Federal Sérgio Guimarães Hardy. Informou que o afastamento será
65 até dia 31 de maio de 2019 e que, portanto, o Conselheiro Federal Luiz Antonio Rubin será convocado
66 para a 690ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon. Tramitação de processos judiciais: a) Ação
67 trabalhista do ex-funcionário Elifas Levy Lisboa: O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da
68 Silva, informou que a segunda parcela da ação trabalhista foi paga, finalizando o processo; b) Plano de
69 saúde dos funcionários: O Presidente do Cofecon informou que houve uma decisão proferida no recurso
70 referente a agregados ao plano de saúde dos funcionários do Cofecon, a qual foi favorável aos
71 funcionários da autarquia. No entanto, o Cofecon recorrerá até as últimas consequências, por uma
72 questão de justiça e coerência. (áudio, 22/03, sexta-feira, tarde, 30:45 – 38:00) **3.3.**
73 **Representação institucional e participação em eventos.** O Presidente do Cofecon,
74 Wellington Leonardo da Silva, informou que participou, no dia 20 de março, da Solenidade
75 de relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social,
76 acompanhado do Presidente do Corecon-RJ, João Manoel Gonçalves Barbosa, no auditório
77 Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF; no dia 21 de março coordenou a
78 2ª Reunião do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, na sede do
79 Cofecon, em Brasília-DF. Relatou que no dia 26 de fevereiro o Procurador-Chefe do
80 Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, participou de reunião sobre Conciliações nos
81 Conselhos Profissionais, na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília-DF;
82 no dia 28 de fevereiro, o Procurador-Chefe do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, e a
83 Assessora de Imprensa, Natália Lepsch Kenupp Batista, participaram da 63ª Reunião
84 Extraordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, na sede do
85 Conselho Federal de Corretores de Imóveis (COFECI), em Brasília-DF; no dia 11 de março
86 o Conselheiro Federal Paulo Salvatore Ponzini representou a Presidência do Cofecon na
87 solenidade de inauguração da nova sede do Conselho Regional de Economia da 20ª Região
88 - MS, em Campo Grande-MS; e no dia 12 de março a Conselheira do Corecon-DF, Econ.
89 Maria Cristina de Araújo, representou a Presidência do Cofecon na cerimônia de Premiação
90 do XXV Prêmio Corecon-DF de Monografia em Economia - 2018, realizada no dia 12 de
91 março de 2019, na sede do Cofecon, em Brasília-DF. O Presidente do Cofecon, Wellington
92 Leonardo da Silva, comentou ainda sobre as matérias e entrevistas dadas por ele, que são:
93 entrevista para a TV Central Nacional de Televisão sobre a Reforma da Previdência; e
94 entrevista para a TV Nacional do Brasil sobre a prévia do PIB, ambas no dia 15 de fevereiro
95 de 2019. **3.4. Correspondências relevantes. (não houve).** (áudio, 22/03, sexta-feira, tarde,
96 38:30 – 1:38:30) **3.5. Informes dos Coordenadores de Comissões e Grupos de Trabalho.**
97 O coordenador da Comissão de Licitação, Conselheiro Eduardo Rodrigues da Silva,

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

98 informou que já foi dado início ao processo de licitação do *software* para gerir o sistema, e
99 que o sistema contábil já está em fase final. O coordenador da Comissão de Política
100 Econômica, Vice-Presidente Antonio Corrêa de Lacerda, informou que, com o apoio da
101 comissão, foi realizado um debate na PUC-SP, no dia 25 de fevereiro, sobre a Reforma da
102 Previdência, com a participação dos economistas Eduardo Fagnani e Nelson Marconi e do
103 sociólogo Clemente Lúcio, e que o vídeo está disponível no canal do *youtube* da PUCTV. A
104 coordenadora da Comissão de Educação, Conselheira Federal Denise Kassama Franco do
105 Amaral, informou que o Desafio Quero Ser Economista 2019 está prestes a começar;
106 comentou que se reuniu com Paulo Sandroni para discutir a Gincana Nacional de Economia,
107 que terá um novo formato para equilibrar a competição entre veteranos e calouros na etapa
108 final; informou que a arte do XXV Prêmio Brasil de Economia foi finalizada e que em breve
109 começarão a divulgá-lo. O coordenador da Comissão de Comunicação, Conselheiro Federal
110 Waldir Pereira Gomes, informou sobre a revista Economistas, distribuída a todos os
111 Conselheiros na ocasião, que abordou desde a Previdência à questão de Brumadinho-MG;
112 relatou que para o mês de março, foi desenvolvida uma segunda revista especial, escrita por
113 mulheres economistas. O coordenador da Comissão de Previdência Social, Conselheiro
114 Federal Fernando de Aquino Fonseca Neto, informou que a proposta da Comissão é realizar
115 quadros comparativos sobre capitalização e repartição, explicando como funcionam hoje,
116 que alterações o governo pretende fazer, com linguagem acessível para toda a população,
117 visando divulgar no Sistema Cofecon/Corecons. Comentou que outro objetivo da Comissão
118 é promover um convênio com um fundo de previdência complementar para economistas
119 registrados e adimplentes. Solicitou, ainda, a inclusão na pauta de discussão sobre uma nota
120 a respeito da proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo. O coordenador
121 da Comissão Eleitoral, Conselheiro Federal Antonio Melki Jr., informou a respeito da
122 judicialização, pelo Corecon-SP, relativa ao processo eleitoral daquele Conselho. Comentou
123 que a primeira deliberação do Cofecon em realizar uma eleição complementar naquele
124 Conselho, foi anulada pela Justiça e recomendou a realização de eleições extraordinárias,
125 conforme prevê o normativo. Em vista disso, o presidente do Cofecon, devido a
126 impossibilidade de realização de sessão plenária, aprovou ad-referendum a realização de
127 eleições extraordinárias. Novamente o Corecon-SP contestou no processo judicial,
128 solicitando a anulação desse procedimento e que se mantivesse a eleição realizada em
129 outubro. Nesse caso o Juízo indeferiu a solicitação e manteve a realização da eleição
130 extraordinária, e que está em andamento durante o período desta sessão plenária. Uma vez
131 que a eleição irá se encerrar às 20 horas desta sexta-feira e a necessidade de se cumprir
132 prazos recursais, o conselheiro solicitou a retirada de pauta do exame do dossiê eleitoral.
133 Parabenizou e agradeceu os demais membros da Comissão Eleitoral, Conselheiros Federais
134 Nei Jorge Correia Cardim e Paulo Brasil Corrêa de Mello, pelo trabalho realizado em parceria
135 na Comissão. Na ausência do coordenador da Comissão de Reforma Tributária e a seu pedido,
136 o membro da Comissão Conselheiro Federal Antonio Melki Jr., informou que foi feita uma
137 reunião e os membros concordam que devem começar a se pronunciar a respeito do assunto.
138 Citou um texto elaborado pelo Conselheiro Federal Paulo Dantas da Costa sobre a Reforma
139 Tributária e solicitou inclusão, na ordem do dia, de discussão do plenário sobre o texto e
140 deliberação para divulgação como nota do Cofecon. O Coordenador do Grupo de Trabalho
141 para Estudar a Situação Financeira e Patrimonial dos Corecons, Conselheiro Federal
142 Maurílio Procópio Gomes, informou que dos 26 (vinte e seis) Conselhos Regionais, apenas
143 7 (sete) não têm sede própria e que, em parceria com Conselheiro Nei Jorge Correia Cardim,
144 pedirá concessão ao governo estadual e federal para os Corecons sem sede própria. A
145 Coordenadora do Grupo de Trabalho Responsabilidade Social e Economia Solidária,
146 Conselheira Federal Denise Kassama Franco do Amaral, informou que participou de reunião
147 com o senhor Paulo Henrique Guimarães, membro do centro de estudos e assessoria da
148 Cáritas Brasileira, e que estão organizando uma plataforma de economia solidária. Em

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

149 parceria com o Cofecon, será criado um banco de dados para economistas que têm interesse
150 em trabalhar com economia solidária. Em paralelo ao banco de dados será criado um curso,
151 no EAD do Cofecon, para economistas que queiram atuar na área de economia solidária. O
152 Coordenador do Grupo de Trabalho de Transparência, Conselheiro Federal Clóvis Benoni
153 Meurer, informou que no dia 8 de abril terá um relatório atualizado da análise de todos os
154 portais de transparências do Sistema Cofecon/Corecons, o qual será enviado a todos os
155 Conselheiros. O Coordenador do Grupo de Trabalho do Concurso Público do Sistema
156 Cofecon/Corecon, Presidente Wellington Leonardo da Silva, lembrou que enquanto não
157 for decidido qual será o regime de contratação de funcionários e finalizado o processo do
158 ex-funcionário do Corecon-AP, que exige a vaga do Cofecon, não será aberto um novo
159 concurso. O Coordenador do Grupo de Trabalho de Redução dos Gastos do Cofecon,
160 Conselheiro Federal Nelson Pamplona da Rosa, informou que fez uma comparação dos 3
161 (três) últimos exercícios do Cofecon. Em 2016 arrecadou-se 86% (oitenta e seis por cento)
162 do projetado; em 2017, 83% (oitenta e três por cento) do projetado; e, em 2018, 95%
163 (noventa e cinco por cento) do projetado. Em relação às despesas, o Cofecon absorveu, em
164 2016, 95% (noventa e cinco por cento) das despesas projetadas; em 2017, 86% (oitenta e
165 seis por cento) das despesas projetadas; e em 2018, 84% (oitenta e quatro por cento) das
166 despesas projetadas. Informou que em 2019 o Cofecon já arrecadou 38% (trinta e oito por
167 cento) da receita projetada para o exercício e 16% (dezesseis por cento) das despesas
168 projetadas. *(áudio, 22/03, sexta-feira, tarde, 1:38:40 – 1:48:50)* **3.6 Informes dos**
169 **Conselheiros Federais.** O Conselheiro Federal Paulo Salvatore Ponzini informou que representou
170 a presidência do Cofecon no aniversário e inauguração da nova sede do Corecon-MS, no dia 11 de
171 março. Informou que foi feito um trabalho junto à SPU-MT para conseguirem a sede, que estava na
172 relação de um leilão de imóveis. Disse que devido ao apoio político do Senador Pedro Chaves,
173 economista, o imóvel foi retirado da relação e conseguiram um contrato de cessão por 10 (dez) anos.
174 Informou que Corecon-MS está à disposição para orientar os Conselhos Regionais de Economia sem
175 sede própria para que todos consigam. Aproveitou para divulgar a realização do 11º (décimo primeiro)
176 ENEOESTE, nos dias 15 e 16 de agosto, em Cuiabá-MT. A Conselheira Federal Denise Kassama
177 Franco do Amaral lembrou os Conselheiros sobre a realização do XI (décimo primeiro)
178 ENAM, a ser realizado no período de 29 a 31 de maio, em Manaus-AM. O Conselheiro
179 Federal Nelson Pamplona da Rosa informou que no dia 25 de fevereiro o economista Alexandre
180 Antônio Benedetto Flores renunciou à presidência do Corecon-SC. *(áudio, 22/03, sexta-feira,*
181 *tarde, 1:50:00 – 2:09:10)* **3.7. Informes do Conselheiro Nei Cardim sobre o andamento**
182 **do processo de intervenção no Corecon-AC.** O Conselheiro interventor, Nei Jorge Correia
183 Cardim, disse que na última plenária demonstrou diversos débitos atrasados, incluindo
184 aluguel, telefone, internet, e salários de funcionários, os quais foram todos quitados.
185 Informou que foram enviadas mais de 220 (duzentas e vinte) cartas de cobrança por meio
186 do Cofecon, referentes à inadimplência dos economistas. Cerca de 20 (vinte) economistas
187 apareceram para negociar junto ao Corecon-AC, gerando em torno de R\$ 32.000,00 (trinta
188 e dois mil reais). Informou que de 30 (trinta) a 35 (trinta e cinco) cartas retornaram, devido
189 a endereços desconhecidos ou mudanças, mas que todos os endereços foram obtidos na base
190 da Receita Federal. Relatou que as negociações implicam que 95% (noventa e cinco por
191 cento) dos economistas inadimplentes estão em cartório de protesto, tornando o processo
192 mais rápido, e que fica registrado o débito. Informou que será enviada uma segunda carta
193 cobrança para os economistas que ainda não se manifestaram, informando que os nomes
194 serão enviados ao SPC/Serasa, que por meio de parceria, a própria secretaria do Corecon-
195 AC poderá incluir e retirar os nomes dos economistas, desde que assinem o termo de
196 confissão de dívida e parcelem seus débitos. O prazo informado na segunda carta é dia 30
197 (trinta) de abril. No dia 2 (dois) de maio, os nomes dos economistas serão enviados ao
198 SPC/Serasa e, em paralelo, encaminhados à Justiça Federal para execução de dívida ativa.
199 Sobre os aspectos administrativos, informou que a secretária-executiva do Corecon-AC

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

200 tinha carteira assinada sem ser concursada ou possuir formação superior completa,
201 infringindo o plano de cargos e salários do Corecon, e que para manter a funcionária que
202 tem 3 (três) anos de casa e tem uma boa vontade para ajudar na recuperação, o método
203 encontrado para regularizá-la foi alterar o plano de cargos, deixando o nível superior como
204 caráter preferencial, mas não obrigatório. Informou que para não gerar despesas de dispensa
205 e nova contratação, foi elaborada uma portaria que nomeia a secretária com cargo de
206 comissão, mantendo as atribuições, e com um aumento de R\$ 200,00 (duzentos reais). Na
207 carteira de trabalho da funcionária será feita uma observação de que, a partir daquela data,
208 devido a Portaria tal e Deliberação tal, ela passa a ocupar o cargo em provimento,
209 caracterizando a mudança de nomenclatura. No que se refere ao Contador, informou que o
210 mesmo cobrava R\$ 1.000,00 (um mil reais) do Corecon, sendo um valor caro considerando
211 o porte do Regional. Em negociação, o cobrador sugeriu que fosse pago R\$ 650,00
212 (seiscentos e cinquenta reais). Informou que o contador não possui contrato e que estava
213 trabalhando de maneira irregular, mas que será feita uma licitação e nada impede que o
214 antigo contador participe desta licitação, e que segundo o novo plano de cargos receberia
215 um salário de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais). Informou que o regimento
216 interno estava desatualizado, mas será ponto de pauta desta plenária. Portanto, a parte
217 administrativa encontra-se praticamente resolvida, funcionando dentro da lei e da
218 normalidade. Relatou problemas com a empresa Implanta e com economistas que solicitaram
219 o cancelamento do registro, mas não foi dado continuidade. Informou que o computador
220 solicitado ao Cofecon foi entregue e seria enviada ao Corecon-AC. A respeito do aluguel,
221 que atualmente é de R\$ 800,00 (oitocentos reais), solicitou à secretária e ao ex-presidente
222 do Corecon-AC, economista Alisson Matos Mourão, que está auxiliando no processo de
223 intervenção, que procurassem um imóvel mais barato. Informou que realizou um fluxo de
224 caixa e constatou que o Corecon-AC necessita de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais para
225 realizar suas atividades e que a perspectiva futura é de não ter novas inscrições. Além disso,
226 muitos economistas estão envelhecendo, portanto será necessário que os Conselheiros deem
227 sequência ao trabalho realizado, pois caso não aconteça será necessário transformar o
228 Corecon-AC em delegacia. Finalizou dizendo que, quando saneadas as despesas, fará o
229 parcelamento do INSS e, na medida do possível, quitará o FGTS, encerrando as ações com
230 tudo em dia, pretendendo entregar o Corecon-AC em maio, após uma nova eleição. **4.**
231 **ORDEM DO DIA.** (*áudio, 22/03, sexta-feira, tarde, 2:09:15 – 2:11:15*) **4.1. Regulamento**
232 **do 4º Desafio Quero Ser Economista** (Processo 18.876/2019). A Conselheira relatora, Denise
233 Kassama Franco do Amaral, recordou que a 3ª (terceira) edição do Desafio Quero Ser Economista, em
234 2018, teve 741 (setecentos e quarenta e um) estudantes de ensino médio inscritos, dando destaque ao
235 Corecon-ES por ser responsável por mais da metade dos inscritos. Informou sobre uma mudança na
236 estratégia organizacional: o *interface* da Comissão de Educação, Júlio César Poloni de Góes, criou um
237 grupo no *WhatsApp* com representantes de todos os Corecons, facilitando o contato. Relatou que a
238 proposta é igual à da edição anterior, com a mesma configuração, mesma premiação e o grupo de
239 *WhatsApp* mantido. E conforme deliberado na 688ª Sessão Plenária do Cofecon, o 4º (quarto) Desafio
240 Quero Ser Economista 2019 abrirá as inscrições no dia 1º (primeiro) de abril e o jogo começará em
241 maio. Em regime de votação, aprovado. (*áudio, 22/03, sexta-feira, tarde, 2:11:45 – 3:16:30*) **4.2.**
242 **Perícia Econômico-Financeira: 4.2.1. Regulamentação da realização de cursos promovidos pelo**
243 **Conselho Federal de Economia** (Processo 18.442/2018); **4.2.2. Proposição de alterações na**
244 **Seção 2.3.1 – As atividades desempenhadas pelo economista – da Consolidação da**
245 **Legislação da Profissão de Economista** (Processo 14.675/2010); O Conselheiro Federal
246 Fernando de Aquino Fonseca Neto, que havia pedido vista durante a última plenária, relembrou que
247 esse processo trata de regulamentar os cursos que vêm sendo promovidos pelo Cofecon; que o processo
248 contava com uma minuta para ser apreciada durante a 687ª Sessão Plenária, por meio do Conselheiro
249 Federal Nei Jorge Correia Cardim, e que antes da apresentação ao Plenário, pediu vista. Informou que
250 analisou o conteúdo e enviou sugestões para a minuta, as quais submeteu ao setor jurídico do Cofecon,

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

251 que as acatou, solicitando apenas algumas alterações que foram realizadas. Informou que a versão, em
252 princípio, está dentro da legalidade. Trata-se de regulamentar uma ação do Cofecon, iniciada no final
253 de 2017 com o Conselheiro Federal Sérgio Guimarães Hardy, assumida pelo relator em 2018, que
254 coordenou 7 cursos em 6 cidades. Informou que os cursos foram financeiramente equilibrados, tendo
255 em vista que não houve despesas, porque houve apoio do Cofecon de até R\$ 3.000,00 (três mil reais)
256 para todos os cursos, desde que o Corecon desse o mesmo valor em contrapartida, e que devido a isto,
257 alguns cursos necessitaram de apoio e em outros houve o superavit. Informou que a ação foi importante
258 para o Sistema Cofecon/Corecons, no sentido de treinamento, de estímulo de um núcleo de perícia nos
259 Corecons, e que em 2018 o assunto foi conduzido sem regulamentação, que é o objeto de pauta. Assim,
260 foram adotados critérios considerados mais convenientes e que estavam na minuta de regulamentação
261 que ele propôs, na qual o Cofecon continuará com o protagonismo dos cursos, que serve para outros
262 cursos de capacitação que o Plenário julgue pertinente realizar. Em relação à proposta apresentada pelo
263 Conselheiro Federal Paulo Dantas da Costa, acredita que limitar a 500 (quinhentos) economistas em
264 condição de voto (ECV's) é uma quantidade baixa, pois existem Corecons com uma quantidade maior
265 e que não têm condições de ofertar um curso, precisando de apoio eventual do Cofecon. Ademais, não
266 considera que os Corecons devam se responsabilizar pelas receitas e despesas, pois muitos ainda não
267 possuem máquina de cartão de crédito no Corecon, dificultando as inscrições. Além disso, com a
268 plataforma virtual criada para os cursos de perícia, é possível pagar a inscrição dos cursos no boleto,
269 cartão de débito e até 12 (doze) vezes no cartão de crédito, e a plataforma adianta o valor em até 12 dias
270 após a realização do pagamento. Finalizou informando que o Grupo de Trabalho Perícia Econômico-
271 Financeira e Mediação e Arbitragem pretende elaborar cursos de mediação e arbitragem, sendo o
272 Conselheiro Federal Luiz Antonio Rubin um dos árbitros mais experientes do Brasil. O Conselheiro
273 Federal Luiz Antonio Rubin informou que está ansioso pelo retardamento do Sistema
274 Cofecon/Corecons em entrar na área de mediação e arbitragem. Relatou que a lei da arbitragem é de
275 1996 e que facilitou os procedimentos arbitrais do Brasil. Até então, uma sentença arbitral precisava
276 passar no Supremo Tribunal Federal para ser homologada, e hoje uma câmara de arbitragem resolve
277 definitivamente o problema. Solicitou que o Plenário autorizasse o GT a apresentar uma proposta de
278 implantação de uma câmara de arbitragem regional e uma rede de câmaras a nível nacional, inserida no
279 contexto do Cofecon, e solicitou também que fosse aberto um espaço na próxima sessão plenária para
280 que a câmara fosse apresentada a fim de debater o conteúdo, tirado dúvidas, aproximando os
281 Conselheiros Federais da questão. Informou que o setor jurídico do Cofecon realizará um estudo sobre
282 as limitações, dificuldades e questões legais para criação da câmara. Informou que é necessário mostrar
283 aos economistas que esta também é uma atividade que podemos exercer. O Conselheiro Federal Paulo
284 Dantas da Costa informou que é a favor da iniciativa do Conselheiro Luiz Antonio Rubin, porém
285 acredita que essa não é a questão em pauta. Defendeu que não é papel do Cofecon realizar cursos, pois
286 gera um conflito entre outras entidades que também realizam cursos, como Corecons e Sindicatos. Disse
287 que cada Corecon deve identificar suas necessidades e que no caso dos Conselhos pequenos deverá a
288 Comissão de Educação criar um padrão para ser seguido. Informou que na legislação dos economistas,
289 onde trata das atividades do economista, constavam apenas 2 (dois) pequenos dispositivos a respeito
290 dos peritos, e que ele está ampliando este tipo de questões, com uma série de atividades, que podem ser
291 ampliadas conforme conhecimento de outros peritos. Informou que a proposta é que os Corecons façam
292 seus cursos e a certificação seja dada por outra entidade, de preferência uma instituição de ensino, ou o
293 Cofecon. Disse que a criação da câmara é um projeto muito grande e foi apresentado de maneira
294 reduzida, mas acredita que o Cofecon não necessita de uma câmara. No entanto, se o Corecon tiver
295 condições e o jurídico regional acatar, poderá ser criada a câmara. O Conselheiro Federal Luiz Antonio
296 Rubin informou que uma câmara pode começar pequena e visaria a inserção do economista na área. O
297 Conselheiro Federal Eduardo Rodrigues da Silva acredita que é necessário separar as discussões,
298 deixando a questão da câmara para depois. Disse que ambas as propostas apresentadas, tanto pelo
299 Conselheiro Federal Fernando de Aquino Fonseca Neto quanto pelo Conselheiro Federal Paulo Dantas
300 da Costa, possuem pontos importantes defendidos por cada um, mas que ele acredita que os Corecons
301 devam conduzir o processo, mas nem todos estão capacitados e habilitados para isso. Sugeriu que

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

302 usassem a mesma definição, por número de ECV's, de conselhos grandes, médios e pequenos, e que os
303 pequenos recebam estímulo para executar o projeto, e que o Grupo de Trabalho fosse o promotor.
304 Sugeriu que a Comissão tenha um papel na promoção e condução dos cursos, recebendo os mesmos
305 tratos da Comissão de Educação, que quando recebe algum pleito o coordenador relata e, se deliberado
306 a favor, o apoio é cedido. O Conselheiro Federal Paulo Dantas da Costa incorporou a ideia do
307 Conselheiro Eduardo Rodrigues da Silva e sugeriu a criação da Comissão de Perícia, que ficaria
308 responsável por ajudar os Corecons no programa e formulação do curso, mas não se responsabilizará
309 pela realização do mesmo, podendo apenas apoiar. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da
310 Silva, sugeriu que fosse abordada apenas a regulamentação, deixando o assunto das câmaras de
311 arbitragem para ser discutido após finalizada a regulamentação. O Conselheiro Federal Fernando de
312 Aquino Fonseca Neto informou que não acredita em concorrência entre Cofecon e Corecons, uma vez
313 que o curso só é realizado quando solicitado pelo Conselho Regional, e que o apoio só é cedido com
314 uma contrapartida, a menos que seja deliberado em Plenária o financiamento integral de algum curso.
315 Informou que a respeito da certificação, houve algumas discussões ano passado onde foi definido que
316 o Cofecon realizaria o curso, e uma outra entidade seria contratada para certificar. O Conselheiro
317 Federal Antonio Melki Jr. informou que entende que o trato com os economistas é feito pelos Conselhos
318 Regionais e que cabe ao Cofecon tratar com os Corecons. Logo, concorda que os cursos devem ser
319 realizados pelos Corecons e que deve ser dada a mesma importância a outras questões enviadas ao
320 Cofecon, como os apoios aos prêmios de monografia, apoios para infraestrutura e monetização do
321 equipamento. Em relação à certificação, informou que se o curso for realizado pelo Corecon, seguindo
322 o modelo estruturado pela Comissão, atendendo a questões como duração, matéria e currículo mínimo,
323 a certificação pode ser dada pelo Cofecon, sendo a prova realizada no final de cada curso. Relatou que
324 não faz sentido levar um perito do Sul para ministrar cursos no Nordeste, e que é necessário levar
325 alguém da região. Disse que a criação de um banco de peritos ajudaria os Corecons que não possuem
326 peritos no estado. Foi então definida a proposta do Conselheiro Federal Fernando de Aquino Fonseca
327 Neto como a Proposta 1, e a do Conselheiro Federal Paulo Dantas da Costa como a Proposta 2. Em
328 regime de votação, os Conselheiros Federais Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e
329 Silva, Antonio Melki Jr., Clovis Benoni Meurer, Eduardo Rodrigues da Silva, Heric Santos Hossoé,
330 Lauro Chaves Neto, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maurílio Procópio Gomes, Nelson Pamplona
331 da Rosa, Paulo Brasil Corrêa de Mello, Paulo Dantas da Costa, Waldir Pereira Gomes votaram a favor
332 da Proposta 2. Os Conselheiros Federais Fernando de Aquino Fonseca Neto e Luiz Antonio Rubin,
333 votaram a favor da Proposta 1. A Conselheira Federal Denise Kassama Franco do Amaral se absteve.
334 O Conselheiro Federal Júlio Miragaya estava ausente. Aprovada por 13 (treze) votos a 2 (dois), com 1
335 (uma) abstenção e 1 (uma) ausência, a proposta 2. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da
336 Silva, informou que entendeu durante a discussão que o Grupo de Trabalho de Perícia Econômico-
337 Financeira e Mediação e Arbitragem deveria se tornar uma Comissão de Perícia. Com o aval da Plenária,
338 a comissão foi criada. O Conselheiro Federal Fernando de Aquino Fonseca Neto informou que, diante
339 da deliberação, gostaria de entregar a Coordenação da Comissão, pois tinha outra visão quando assumiu
340 a Coordenação do, até então, Grupo de Trabalho. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da
341 Silva, informou que foi aceito o pedido de entrega. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da
342 Silva, sugeriu que fosse preparada pelo Conselheiro Federal Luiz Antonio Rubin uma apresentação
343 sobre as câmaras de medição e arbitragem para ser debatida na próxima plenária, e estimou o tempo de
344 40 (quarenta) minutos para exposição do Conselheiro. O Conselheiro Federal Luiz Antonio Rubin
345 acatou o deliberado e informou que preparará para a próxima plenária. Questionou a respeito da
346 proposta de implantação de câmaras regionais e uma rede de câmaras a nível nacional dentro do
347 contexto Cofecon. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, informou que entende que
348 isso é uma tarefa da Comissão, que se eles prepararem a proposta o texto irá para a plenária e será
349 discutido. (áudio, 22/03, sexta-feira, tarde, 3:16:35 – 3:26:00) **4.3 XXIII Congresso**
350 **Brasileiro de Economia – CBE: Ratificação dos Comitês da Comissão Organizadora**
351 **(Processo 18.537/2018)**. O Vice-Presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, informou que
352 a Resolução nº 1903, de 2013, trata do regimento interno do CBE, e fez a leitura do Artigo 4º: “Art.4º

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

353 O planejamento, promoção e organização operacional do CBE serão de responsabilidade da Comissão
354 Organizadora, estruturada em cinco Comitês assim distribuídos: I - Comitê Executivo, integrado,
355 respectivamente, pelos presidentes e vices do COFECON e do CORECON onde será realizado o evento;
356 II - Comitê Operacional constituído por funcionários e conselheiros do COFECON e do CORECON
357 sede do evento; III - Comitê Científico, composto por mestres e doutores e especialistas de notório saber;
358 IV - Comitê de Divulgação e Recepção; V - Comitê Financeiro. § 1º Os integrantes dos Comitês
359 referidos nos incisos II, III, IV e V do caput deste artigo serão indicados pelo Comitê Executivo e
360 ratificados pela Plenária do COFECON. § 2º Os comitês referidos neste artigo poderão ser desdobrados
361 em subcomitês, se assim entender necessário a Comissão Organizadora.” Tendo em vista o exposto, fez
362 a leitura do Ofício nº 038/2019/Corecon-SC, que foi entregue a todos os presentes, contendo o seguinte
363 comunicado a respeito das Comissões: **Comitê Executivo do XXIII Congresso Brasileiro de**
364 **Economia.** Membros: Wellington Leonardo da Silva; Antônio Corrêa de Lacerda; Paulo Roberto Polli
365 Lobo; e Waldemar Bornhausen Neto. **Comitê Científico do XXIII Congresso Brasileiro de**
366 **Economia.** Membros: Por indicação do CORECON-SC os(as) Economistas: Ivoneti da Silva Ramos,
367 Ralf Marcos Ehmke, João Rogério Sanson, Joseane Borges de Miranda, Marcelo Beckert Zappellini,
368 Ernani Hudler e Paulo Brasil Corrêa de Mello; e por indicação do COFECON os(as) Economistas:
369 Antônio Corrêa de Lacerda e Flávia Vinhaes Santos. **Comitê Operacional do XXIII Congresso**
370 **Brasileiro de Economia.** Membros: Rodrigo Nivaldo Martins; Isabela Sbaraini de Albuquerque, Luis
371 Gonzaga Corrêa, Jane Lopes da Silva e Aline Tales Ferreira. **Comitê Financeiro do XXIII Congresso**
372 **Brasileiro de Economia.** Membros: Paulo Roberto de Jesus; Paulo Roberto Polli Lobo e Waldemar
373 Bornhausen Neto. **Comitê de Divulgação e Recepção do XXIII Congresso Brasileiro de Economia.**
374 Membros: Marco Aurélio Floriani - responsável pela recepção e Marilene Rodrigues e Natália Lepsch
375 Kenupp Batista - responsáveis pela divulgação. Sugeriu então a ratificação do proposto pelo Corecon-
376 SC. Em regime de votação, aprovado. (*áudio, 22/03, sexta-feira, tarde, 3:26:10 – 3:31:15*) **4.4.**
377 **Designação da Comissão para discutir o Acordo coletivo de trabalho dos funcionários do**
378 **Cofecon** (Processo 18.808/2019); O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva,
379 explicou que o item trata de uma proposta que ele gostaria de apresentar ao plenário, pois
380 acredita ser adequado que se tenha uma comissão composta por 2 (dois) ou 3 (três)
381 Conselheiros Federais para negociar o Acordo Coletivo de Trabalho dos funcionários do
382 Cofecon. Informou ainda que os funcionários solicitaram que fosse aprovado, durante a 689ª
383 Sessão Plenária, apenas a concessão da reposição da inflação no período, tendo em vista que
384 a próxima plenária será em maio e os funcionários teriam o prejuízo nesse período, e que o
385 índice para reposição é de 3,65% (três vírgula sessenta e cinco por cento). Em regime de votação,
386 aprovada a reposição. Após discussões, os Conselheiros Federais indicados para compor a Comissão
387 foram: Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Paulo Brasil Corrêa de Mello e Paulo Dantas da Costa. **5.**
388 **APRECIÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E CONTÁBEIS** (*áudio, 22/03,*
389 *sexta-feira, tarde, 3:31:25 – 03:47:00*) **5.1. Processos Contábeis.** A Coordenadora da
390 Comissão de Tomada de Contas, Conselheira Federal Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, relatou os
391 processos de Prestação de Contas: Processo: 17.458/2016, do Corecon-AC, Prestação de Contas de
392 2015, com ressalvas; Processo: 18.271/2017, do Corecon-AC, Prestação de Contas de 2016, com
393 ressalvas; Processo: 18.569/2018, do Corecon-CE, Prestação de Contas de 2017, com ressalvas;
394 Processo: 18.687/2018, do Corecon-AC, Prestação de Contas de 2017, com ressalvas; Processo:
395 18.819/2019, do Cofecon, Prestação de Contas de 2018, sem ressalvas; Processo: 18.824/2019, do
396 Corecon-AC, Prestação de Contas de 2018, com ressalvas; Processo: 18.847/2019, do Corecon-SP,
397 Prestação de Contas de 2018, com ressalvas; Processo: 18.850/2019, do Corecon-GO, Prestação de
398 Contas de 2018, com ressalva; Processo: 18.852/2019, do Corecon-SC, Prestação de Contas de 2018,
399 sem ressalvas; Processo: 18.858/2019, do Corecon-AL, Prestação de Contas de 2018, sem ressalvas;
400 Processo: 18.859/2019, do Corecon-RS, Prestação de Contas de 2018, sem ressalvas; Processo:
401 18.866/2019, do Corecon-ES, Prestação de Contas de 2018, sem ressalva; Processo: 18.867/2019, do
402 Corecon-MG, Prestação de Contas de 2018, sem ressalvas; Processo: 18.868/2019, do Corecon-PE,
403 Prestação de Contas de 2018, sem ressalvas; Processo: 18.871/2019, do Corecon-DF. Prestação de

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

404 Contas de 2018, com ressalvas; Processo: 18.873/2019, do Corecon-RJ, Prestação de Contas de 2018,
405 com ressalvas. Em regime de votação, aprovados. O Conselheiro Federal Maurílio Procópio Gomes,
406 membro da Comissão de Tomada de Contas, relatou as Prestações de Contas de Auxílios Financeiros:
407 Processo: 18.451/2018, do Corecon-RO, Eventos: VIII Gincana e XXVI SINCE, Valores:
408 R\$ 30.000,00 e R\$ 100.000,00, com ressalvas; Processo: 18.459/2018, do Corecon-SE, Evento:
409 Reforma de Sede, Valor: R\$ 6.588,92, sem ressalvas; Processo: 18.568/2018, do Corecon-RO, Evento:
410 VII Prêmio Rondônia de Monografia, Valor: R\$ 3.000,00, sem ressalvas; Processo: 18.587/2018, do
411 Corecon-RS, Evento: XXIII – ENE – Sul, Valor: R\$ 3.000,00, sem ressalvas. Processo: 18.589/2018,
412 do Corecon-AL, Evento: VI Prêmio Estudante de Economia, Valor: R\$ 3.000,00, sem ressalvas;
413 Processo: 18.594/2018, do Corecon-MA, Evento: XXX – ENE – Nordeste, Valor: R\$ 3.000,00, sem
414 ressalvas; Processo: 18.595/2018, do Corecon-MA, Evento: Prêmio MA de Economia, Valor:
415 R\$ 3.000,00, sem ressalvas; Processo: 18.743/2018, do Corecon-PB, Evento: 70 anos do curso de
416 Economia, Valor: R\$ 3.000,00, sem ressalvas. Em regime de votação, aprovados. Relatou ainda as
417 Propostas e Reformulações Orçamentárias, as quais foram todas aprovadas com ressalvas por serem
418 entregues fora do prazo: Processo: 18.007/2017, do Corecon-AC, Proposta Orçamentária 2017;
419 Processo: 18.689/2018, do Corecon-AC, Proposta Orçamentária 2018; Processo: 18.747/2018, do
420 Corecon-RO, Proposta Orçamentária 2019, Processo: 18.752/2018, do Corecon-MA, Proposta
421 Orçamentária 2019; Processo: 18.753/2018, do Corecon-SE, Proposta Orçamentária 2019; Processo:
422 18.770/2018, do Corecon-PR, Proposta Orçamentária 2019; Processo: 18.777/2018, do Corecon-ES,
423 Proposta Orçamentária 2019; Processo: 18.781/2018, do Corecon-PB, Proposta Orçamentária 2019;
424 Processo: 18.782/2018, do Corecon-PB, Reformulação Orçamento 2018; Processo: 18.784/2018, do
425 Corecon-PA/AP; Proposta Orçamentária 2019; Processo: 18.786/2018, do Corecon-BA, Proposta
426 Orçamentária 2019; Processo: 18.795/2019, do Corecon-GO, Proposta Orçamentária 2019; Processo:
427 18.810/2019, do Corecon-MT, Reformulação Orçamento 2018; Processo: 18.811/2019, do Corecon-
428 MT, Proposta Orçamentária 2019; Processo: 18.822/2019, do Corecon-AC, Proposta Orçamentária
429 2019; Processo: 18.843/2019, do Corecon-PI, Proposta Orçamentária 2019; Processo: 18.849/2019,
430 do Corecon-TO, Proposta Orçamentária 2019; Processo: 18.857/2019, do Corecon-AL, Proposta
431 Orçamentária 2019; Processo: 18.869/2019, do Corecon-PE, Reformulação Orçamento 2018. Em
432 regime de votação, aprovados. A Coordenadora da Comissão de Tomada de Contas, Conselheira
433 Federal Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, relatou os processos de Balancetes Trimestrais, onde apenas
434 os processos: Processo: 18.742/2018, do Corecon-DF, Balancete 3º Trimestre 2018; e Processo:
435 18.746/2018, do Corecon-RO, Balancete 3º Trimestre 2018, foram aprovados sem ressalvas. Os
436 demais processos foram aprovados com ressalvas. São eles: Processo: 18.008/2017, do Corecon-AC,
437 Balancete 3º Trimestre 2016; Processo: 18.607/2018, do Corecon-PI, Balancete 2º Trimestre 2018,
438 Processo: 18.639/2018, do Corecon-PE, Balancete 2º Trimestre 2018, Processo: 18.720/2018, do
439 Corecon-SE, Balancete 3º Trimestre 2018; Processo: 18.732/2018, do Corecon-PI, Balancete 3º
440 Trimestre 2018; Processo: 18.734/2018, do Corecon-PE, Balancete 3º Trimestre 2018; Processo:
441 18.748/2018, do Corecon-MA, Balancete 3º Trimestre 2018; Processo: 18.769/2018, do Corecon-PR,
442 Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.776/2018, do Corecon-ES, Balancete 3º Trimestre 2018;
443 Processo: 18.780/2018, do Corecon-PB, Balancete 3º Trimestre 2018; Processo: 18.785/2018, do
444 Corecon-GO, Balancete 3º Trimestre 2018, Processo: 18.809/2019, do Corecon-MT, Balancete 3º
445 Trimestre 2018, Processo: 18.820/2019, do Corecon-AC, Balancete 2º Trimestre 2018; Processo:
446 18.821/2019, do Corecon-AC, Balancete 1º Trimestre 2018; Processo: 18.823/2019, do Corecon-AC,
447 Balancete 3º Trimestre 2018. Em regime de votação, aprovados. (*áudio, 23/03, sábado, manhã,*
448 *04:45 – 24:15*) **5.2. Processos Administrativos.** O Coordenador da Comissão de Fiscalização,
449 Conselheiro Federal Nelson Pamplona da Rosa, deferiu os seguintes processos referentes à remissão
450 de débitos: Processo: 17.951/2017, do Corecon-PA/AP, interessada: Roberta Mirândula; e Processo:
451 18.332/2017, do Corecon-SP, interessado: Luiz Gustavo Machado. Indeferiu os seguintes processos
452 de remissão de débitos: Processo: 18.144/2017, do Corecon-RJ, interessado: Walter Vasconcelos
453 Chaves Filho; Processo: 18.145/2017, do Corecon-RJ, interessado: Luiz Antonio Moreira Fernandes;
454 Processo: 18.146/2017, do Corecon-RJ, interessado: Noel Shor; Processo: 18.147/2017, do Corecon-

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

455 RJ. interessada: Cristiane Custódio de Souza Andrade; Processo: 18.183/2017, do Corecon-RJ,
456 interessado: Miguel Lopes Pinto Filho; Processo: 18.184/2017, do Corecon-RJ, interessada: Lígia
457 Telles Assad Kahm; Processo: 18.186/2017, do Corecon/RJ, interessado: Antônio Carlos Ferreira;
458 Processo: 18.246/2017, do Corecon/RJ, interessado: Alex Paul da Cunha Meireles; Processo:
459 18.247/2017, do Corecon-RJ, interessada: Katia Mariana Holanda Barbosa; Processo: 18.248/2017,
460 do Corecon-RJ, interessado: NF Assessoria Financeira; Processo: 18.273/2017, do Corecon-RJ,
461 interessado: Antônio Ewaldo Rebello; Processo: 18.342/2017, do Corecon/RJ, interessado: Jorge
462 Amorim Braga; e Processo: 18.542/2018, do Corecon-RJ, interessado: Mauro Henrique Silveira
463 Braga. Em regime de votação, aprovados. Informou que não conhece o recurso de cancelamento de
464 registro no Processo: 18.091/2017, do Corecon-SP, interessado: João Alberto Peres Brando. E
465 indeferiu os seguintes processos de cancelamento de registro: Processo: 17.948/2017, do Corecon-
466 DF, interessado: José Américo Fernandes Júnior; Processo: 18.038/2017, do Corecon-RS, interessado:
467 Augusto Parizotto Zulianello; Processo: 18.089/2017, do Corecon-SP, interessada: U.V. Gestora de
468 ativos financeiros LTDA; Processo: 18.092/2017, do Corecon-SP, interessada: Aline Turganti Turati;
469 Processo: 18.096/2017, do Corecon-DF, interessado: André Duarte Bauer; Processo: 18.124/2017,
470 do Corecon-MG, interessada: Maria de Fátima Rodrigues; Processo: 18.125/2017, do Corecon-MG,
471 interessada: Valéria de Jesus Coelho; Processo: 18.127/2017, do Corecon-MG, interessada: Geraldo
472 Correa Corretora de Valores S/A; Processo: 18.159/2017, do Corecon-SP, interessado: Marcelo
473 Barbieri Campomar; Processo: 18.161/2017, do Corecon-SP, interessado: Sandro Luiz Palanca;
474 Processo: 18.250/2017, do Corecon-SP, interessada: Mariene Valadares da Silva; Processo:
475 18.251/2017, do Corecon-SP, interessado: Christiano Wardo Cyrineu Wolf; Processo: 18.264/2017,
476 do Corecon-SP, interessado: Luiz Eduardo Carlos de Moraes; Processo: 18.287/2017, do Corecon-DF,
477 interessado: Tiago Alves de Carvalho; Processo: 18.288/2017, do Corecon-DF, interessado: Aloisio
478 Tupinambá Gomes Neto; Processo: 18.334/2017, do Corecon-SP, interessado: Edwin Antonio
479 Schimidt Barros; Processo: 18.336/2017, do Corecon-PR, interessado: Isaque Cardoso Dourado
480 Junior; Processo: 18.363/2017, do Corecon-RS, interessada: Gina Pavão da Silva André; Processo:
481 18.364/2017, do Corecon-RS, interessada: Mariana Araujo Moreira; Processo: 18.446/2018, do
482 Corecon-AL, interessada: Jacquelyny Souza Martins Luz; e Processo: 18.559/2018, do Corecon-MG,
483 interessada: Patrícia de Oliveira Salles; Indeferiu ainda os seguintes processos referentes ao exercício
484 ilegal da profissão: Processo: 17.577/2017, do Corecon-SC, interessada: Ets Energia Transporte e
485 Saneamento LTDA; e Processo: 17.795/2016, do Corecon-SC, interessado: Marco Aurélio Jaues Luiz
486 Correia. Em regime de votação, aprovados. A Coordenadora da Comissão de Educação, Conselheira
487 Federal Denise Kassama Franco do Amaral, relatou o Processo: 18.872/2019, do Corecon-MG, a
488 respeito do Seminário dos Estudantes de Economia de Minas Gerais, e verificando os anais do
489 processo, há dotação orçamentária do Cofecon para o evento. Entretanto, quem está organizando o
490 evento não existe juridicamente. Recomendou que devido a ser entidade de estudantes de Economia,
491 e é uma das prerrogativas do Cofecon apoiar esse tipo de evento, que se apoie em forma de passagens
492 aéreas ou diárias, cujo o comprovante fiscal possa ser revertido ao Cofecon. O Conselheiro Federal,
493 Antonio de Pádua Ubirajara e Silva informou que os estudantes estão entusiasmados com o Seminário
494 e que realmente o Corecon Acadêmico não é uma entidade legal, e que o Corecon-MG encaminhou
495 um e-mail solicitando a ajuda em nome do Corecon Acadêmico. Portanto, sugeriu que fosse analisada
496 a possibilidade de concessão do apoio por meio do Corecon-MG. O Vice-Presidente do Cofecon,
497 Antonio Corrêa de Lacerda, informou que durante o CBE de Minas Gerais, em 2017, foi procurado
498 por alguns estudantes e ficou impressionado com a iniciativa, e que ceder o apoio pode servir de
499 referência para outros Corecons criarem seus Corecons Acadêmicos, abarcando os alunos, renovando
500 o Sistema Cofecon/Corecons. Informou que acredita que deveria ser aprovado, superando as
501 dificuldades, e sugeriu que fosse passado ao Corecon-MG. O Conselheiro Federal Clovis Benoni
502 Meurer informou que abriria precedentes e daria espaço para todos os estudantes de Economia
503 entrarem com o mesmo pedido. A Conselheira Federal relatora, Denise Kassama Franco do Amaral,
504 esclareceu que historicamente os apoios para eventos não têm sido negados, inclusive durante o
505 período de restrição financeira. Em regime de votação, aprovado o voto da relatora, sendo que o

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

506 recurso será transferido ao Corecon, o qual ficará responsável pela prestação de contas. Relatou ainda
507 o Processo: 18.882/2019, do Corecon-SC, sobre o Auxílio financeiro ao CBE – 2019 E GNE – 2019,
508 no qual o Corecon-SC solicita adiantamento de R\$ 85.500,00 (oitenta e cinco mil, e quinhentos reais)
509 do apoio para pagamentos antecipados de auditório e área de exposição, e, seguindo as orientações
510 do setor jurídico e contábil, votou pela aprovação condicionada à apresentação de documentos
511 originais e análise do projeto pelos setores técnicos do Cofecon. Em regime de votação, aprovado.
512 (áudio, 23/03, sábado, manhã, 26:40 – 1:20:45 / áudio, 23/03, sábado, tarde, 45:00 –
513 1:46:00) **Nota do Cofecon sobre a proposta de Reforma da Previdência (inclusão de pauta).**
514 Após discussão, a nota foi aprovada nos seguintes termos: “*O Conselho Federal de Economia*
515 *(Cofecon), cumprindo as funções que lhe são atribuídas em nosso ordenamento jurídico, vem*
516 *apresentar sua avaliação sobre pontos relevantes da proposta de Reforma da Previdência do Governo.*
517 *Entendemos que o principal objetivo deveria ser promover a justiça social. Não podemos apoiar*
518 *mudanças que provoquem retrações nos fluxos de transferências governamentais para os estratos de*
519 *menores rendas, com a promessa de que isto viabilizará ritmo maior de crescimento, baseada em*
520 *hipóteses como a chamada “contração fiscal expansionista”, atualmente desacreditada pela grande*
521 *maioria dos macroeconomistas dos meios acadêmicos internacionais. E, mesmo que funcione, crescer*
522 *concentrando renda melhoraria a qualidade de vida de poucos, não sendo o que o economista deve*
523 *buscar. Em relação à proposta de Reforma da Previdência do governo: - Repudiamos a*
524 *desconstitucionalização da Previdência Social, a qual propõe transferir para as leis complementares,*
525 *mais fáceis de instituir e alterar, regras fundamentais do que deve ser uma inalienável função do Estado.*
526 *- No mesmo sentido, é inaceitável o uso do montante esperado de recursos economizados como base*
527 *para a especificação e negociação da Reforma. A Previdência Social precisa ser sustentável e*
528 *compatível com o crescimento econômico inclusivo do país, mas os ajustes podem e devem ter efeitos*
529 *graduais ao longo do tempo. Não existem riscos iminentes de dificuldades financeiras do setor público*
530 *que não possam ser minimizados com a retomada mais robusta da atividade econômica e uma*
531 *adequada reforma tributária. - Não se justifica a manutenção de privilégios para algumas castas do*
532 *serviço público, como aposentadoria para os militares, com integralidade e paridade sem qualquer*
533 *consistência com os princípios atuariais – sem gerar um montante em contribuições previdenciárias,*
534 *ao longo da vida laboral, suficiente para pagar o valor de suas aposentadorias. Os servidores civis,*
535 *que ingressaram no serviço público a partir de 2013, só recebem valores acima do teto previdenciário*
536 *geral, atualmente em R\$ 5,8 mil, de acordo com o montante de contribuições que acumularam. Os que*
537 *entraram anteriormente possuem direitos adquiridos, em geral sem consistência atuarial; por isso,*
538 *apoiamos elevações de contribuição e de tempo de acesso à aposentadoria, para aquelas acima do teto.*
539 *- A participação do Governo no financiamento da Previdência, hoje assegurada pela Constituição com*
540 *o Orçamento da Seguridade Social – que agrega despesas com previdência, assistência social e saúde,*
541 *e receitas com contribuições previdenciárias, do empregado e empregador, a de alguns tributos,*
542 *principalmente Cofins e CSLL – precisa ser preservada, assim como reconstituída, devido a perdas*
543 *como as decorrentes da reforma trabalhista e de desonerações, em particular a DRU. Apenas as*
544 *contribuições previdenciárias não seriam suficientes para financiar todos os benefícios, principalmente*
545 *os dos cidadãos de baixa renda, inclusive por grande parte passar períodos extensos da vida*
546 *economicamente ativa desempregados ou no setor informal. - Os efeitos do crescente tempo de*
547 *sobrevida da população sobre os gastos previdenciários não precisam ser compensados de forma*
548 *imediate, pois os resultados do Orçamento da Seguridade Social não têm apresentado desequilíbrios,*
549 *como ocorre com “orçamentos de previdência”, sem a obrigatória contribuição do Estado, com que o*
550 *Governo costuma impressionar a opinião pública. - Esses efeitos também não devem ser compensados*
551 *por medidas que aumentem as desigualdades, tais como elevações intempestivas de idades e tempos de*
552 *contribuição mínimos e reduções nos valores das aposentadorias por invalidez, pensões por morte,*
553 *benefícios previdenciários acumulados – quando incidentes sobre os estratos de menores rendas – e*
554 *benefícios de prestação continuada. Mesmo com a incidência gradual de várias dessas medidas,*
555 *decorrente da instituição de regras de transição, as alterações seriam muito mais rápidas que a*
556 *elevação da sobrevida da população, levando a perdas injustificadas de renda. - Em termos de*

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

557 *desequilíbrios de curto prazo, tais efeitos seriam totalmente superados com a elevação do ritmo de*
558 *crescimento e a recuperação dos vultosos créditos, que não têm sido cobrados satisfatoriamente. -*
559 *Alíquotas por faixa salarial sem regra permanente de ajuste periódico pelas perdas inflacionárias*
560 *podem transformar-se em mecanismo de confisco, como tem ocorrido com a tabela de imposto de renda.*
561 *- A retirada da obrigatoriedade de recolhimento de FGTS e de pagamento de multa de 40% do FGTS,*
562 *em demissões sem justa causa, dos empregados já aposentados pela Previdência Social, representa*
563 *uma perda de direito do trabalhador e também contribui para o aumento das desigualdades. - Em sua*
564 *Exposição de Motivos, o Governo deixa claro que pretende “introduzir, em caráter obrigatório, a*
565 *capitalização, tanto no RGPS quanto nos RPPS”. Mesmo declarando ser um objetivo de longo prazo,*
566 *o período pode ser abreviado, se vier a estabelecer condições mais vantajosas para as empresas com*
567 *o sistema de capitalização, fazendo com que quase todos os empregos oferecidos passem a ser nesse*
568 *sistema. Em todo caso, a proposta de capitalização apresentada é inaceitável, porquanto: (i) Veda a*
569 *transferência de recursos públicos, abolindo o sistema de financiamento tripartite; (ii) Estabelece piso*
570 *não inferior a um salário mínimo, garantido por um fundo solidário. Desta forma, como é vedado o*
571 *financiamento com recursos públicos, não haveria outra fonte para o fundo solidário manter o piso,*
572 *senão os recursos dos que contribuíram mais e teriam direito a aposentadoria superior ao piso. - O*
573 *resultado seria um empobrecimento em massa, com grande parte se aposentando com valores inferiores*
574 *aos que acumulariam com suas contribuições, devido às transferências para o fundo solidário. E não*
575 *apenas as aposentadorias mais altas seriam penalizadas, alcançando também valores como de mais*
576 *de um até três salários mínimos, que, em 2018, representavam um quarto dos benefícios do RGPS. Com*
577 *base nessas disfunções encontradas na proposta de capitalização do Governo e ainda no competente*
578 *estudo da Organização Internacional do Trabalho (ONU/OIT) sobre o fracasso das experiências de*
579 *privatização da Previdência Social, realizada em trinta países desde os anos oitenta [Reversing*
580 *Pension Privatizations: Rebuilding public pension systems in Eastern Europe and Latin America],*
581 *inclusive o caso chileno, tão elogiado por alguns, rejeitamos enfaticamente essa proposta de*
582 *capitalização. A melhor solução é manter o atual sistema, com modelo de repartição simples*
583 *obrigatório até o teto e modelo de capitalização facultativo complementar. Para os servidores públicos*
584 *com aposentadoria acima do teto, sem consistência atuarial, apoiamos elevações de contribuições e*
585 *do tempo para acesso.” (áudio, 23/03, sábado, manhã, 1:21:00 – 02:06:30) **Relato sobre as***
586 **eleições extraordinárias do Corecon-SP (inclusão de pauta).** (Processo 18.807/2019). O
587 Presidente da Comissão Eleitoral do Cofecon, Conselheiro Federal Antonio Melki Jr., fez
588 um relato e lembrou que no dia 30 de outubro de 2018 ocorreram as eleições dos Corecons. Antes do
589 pleito, a comissão eleitoral do Corecon-SP foi informada de que havia uma diferenciação entre a base
590 intermediária e a base final, onde deixaram de estar presentes 252 (duzentos e cinquenta e dois)
591 economistas. Explicou que o sistema eleitoral previa uma base inicial do colégio eleitoral, para uma
592 primeira crítica, uma base intermediária, para analisar a crítica anterior, e uma base final, que era o
593 colégio eleitoral definitivo. Informou que o Cofecon regulamentou a padronização da “situação do
594 economista”, que diz a respeito das classificações para economistas no cadastro do Conselho Regional
595 de Economia. Explicou que 3 (três) Corecons tiveram dificuldade para padronizar, devido ao tamanho
596 de sua base, são eles: Corecon-MG, o qual já padronizou; Corecon-RJ, que decidiu aguardar a eleição
597 para a padronização; e Corecon-SP, que possui um cadastro distinto porque definiu diretamente com a
598 Implanta quais critérios usaria, se encaixando nos padrões da resolução. Informou que durante os
599 processos eleitorais a Comissão Eleitoral do Cofecon serve de apoio às Comissões Eleitorais dos
600 Corecons, e que cabe às comissões locais acompanhar as eleições e, portanto, a Comissão Eleitoral
601 do Corecon-SP poderia ter pedido a suspensão da eleição para averiguar o ocorrido, porém não o fez.
602 Após uma análise do Corecon-SP, constatou-se que dos 252 (duzentos e cinquenta e dois) economistas
603 excluídos, 232 (duzentos e trinta e dois) estavam em condição de votar. Informou que ocorreu a eleição
604 e a diferença entre a Chapa 1 e a Chapa 2 foi de apenas 18 (dezoito) votos e a Resolução nº 1.981, de 23
605 de outubro de 2017, dispõe claramente em seu Artigo 45 “Exceto em caso de ato ilegal, não será
606 declarada a nulidade das eleições se as irregularidades arguidas inequivocamente não modificarem o
607 resultado eleitoral”. Ou seja, como a diferença foi de 18 (dezoito) votos e 232 (duzentos e trinta e dois)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

608 economistas não puderam votar, houve interferência no resultado. Assim, a Comissão Eleitoral do
609 Cofecon concordou em realizar uma nova eleição e, conforme deliberação do plenário do Cofecon, foi
610 aprovada a nova eleição, porém o plenário optou que apenas os 232 (duzentos e trinta e dois)
611 economistas excluídos votassem, complementando a eleição anterior, somando o resultado. Relatou que
612 o Corecon-SP entrou com uma ação da justiça onde constava como argumento que não há no
613 regramento eleitoral dispositivo que justifique a eleição complementar, e foi feito pedido de liminar,
614 que foi concedida. O setor Jurídico do Cofecon já tinha avisado que a deliberação tinha sido frágil e
615 sugeriu que fosse revista a decisão, o que foi feito a partir da emissão de uma nova deliberação *ad*
616 *referendum* do plenário, para que fosse realizada uma nova eleição, dentro do que prevê o regramento
617 eleitoral, extraordinária completa. O Edital da eleição extraordinária foi publicado dia 1º e o pleito foi
618 agendado para 14 e 15 de fevereiro; solicitou que a implanta fizesse um novo *script*, atendendo a alguns
619 critérios definidos pela comissão, diferentes daqueles normalmente utilizados. Informou que ao
620 receberem a base de dados, o auditor Fernando Pinho notou que existia alteração significativa no
621 quantitativo, pois 628 (seiscentos e vinte e oito) novos economistas foram inclusos e 231 (duzentos e
622 trinta e um) economistas excluídos, no período de 2 (dois) meses. A empresa de auditoria questionou a
623 Comissão Eleitoral do Cofecon que, após análise do histórico financeiro dos economistas, e após tratar
624 com setor de registros do Corecon-SP, decidiu gerar uma nova base, com critérios definidos, pois não
625 tinham como responder a alguns questionamentos feitos pela auditoria, devido a problemas
626 metodológicos. A nova base gerada foi duplamente checada, onde constatou-se que estava perfeita, sem
627 alterações, e foi remarcada a eleição para os dias 21 e 22 de março. Comentou que o Corecon-SP entrou
628 com uma nova contestação na Justiça, pedindo liminar para anular a eleição extraordinária, que foi
629 indeferida pela juíza, mantendo a eleição para os dias 21 e 22 de março e, como existiam outros itens,
630 ela sugeriu uma conciliação. A eleição foi realizada de maneira isenta, com auditoria acompanhando
631 desde início do Processo, sempre mantendo o compromisso de transparência. Ressaltou a importância
632 dos companheiros de Comissão, que sempre tiveram decisões consensuais. Aproveitou para observar
633 que, mesmo com alto investimento em publicidade, o desinteresse da categoria com os conselhos existe,
634 e é isso que precisa ser levado em conta, fazendo-se necessário um trabalho para mostrar a importância
635 dos conselhos para os economistas, e não ficar apenas fazendo a cobrança de anuidade. Finalizou
636 recomendando que o Corecon-SP ajuste-se rapidamente à padronização. O membro da Comissão
637 Eleitoral, Conselheiro Paulo Brasil Corrêa de Mello, parabenizou o Presidente da Comissão por ter
638 conseguido se resguardar devido à sua postura, evitando ataques ao Sistema Cofecon/Corecons. O
639 Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, informou que, passado o prazo de recurso, será
640 homologado *ad referendum* e avisará na próxima plenária. (áudio, 23/03, sábado, manhã, 02:06:30 –
641 02:45:00) **6.2. Proposta de registro de bacharéis em relações internacionais oriundos Universidade**
642 **da Amazônia (UNAMA) e da Universidade do Estado do Pará (UEPA) - Procedência: Corecon-**
643 **PA/AP (Processo 18.825/2019).** O Conselheiro Federal Heric Santos Hossé explanou que estava
644 responsável pelo parecer a respeito do assunto, a pedido da Coordenadora da Comissão de Educação,
645 Conselheira Federal Denise Kassama Franco do Amaral, e disse que é importante analisar a aplicação
646 da resolução. Realizou a leitura do parecer, que não é favorável à aprovação dos profissionais
647 solicitantes, pois acredita que faltam elementos para balizar a decisão, e pediu que o processo fosse
648 encaminhado ao Corecon-PA/AP para uma nova diligência apresentando os planos pedagógicos dos
649 cursos, bem como as emendas das disciplinas contidas nas grades. O Conselheiro Federal Antonio
650 Melki Jr. informou que pedir o processo pedagógico complicaria, e que no seu entendimento apenas as
651 informações apresentadas bastavam. Alertou, ainda, que a resolução diz que pra cada tipo de curso que
652 for aprovado haverá um normativo para todos os cursos semelhantes em outras universidades, por
653 exemplo: curso de Relações Internacionais, terá um normativo com os padrões que caberá a todas as
654 universidades que possuem o curso. Finalizou informando que todos os cursos que solicitarem registros
655 serão analisados separadamente, seguindo os critérios do normativo referente ao curso. A Conselheira
656 Federal Denise Kassama Franco do Amaral lembrou que são os primeiros processos, de um assunto
657 novo, e que a resolução demorou quase 2 (dois) anos para ser aprovada, e portanto pediu compreensão
658 tendo em vista que é a primeira análise. O Conselheiro Federal Júlio Miragaya informou que concorda

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

659 com a Conselheira Federal Denise Kassama Franco do Amaral e disse que é necessário ter bem
660 definidos os documentos que o Corecon precisará enviar ao Cofecon para dar mais agilidade ao
661 processo, e não correr os riscos de aprovar pra um e não aprovar para outro curso semelhante. O
662 Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. sugeriu alteração da resolução, informando que, além da matriz
663 curricular, é necessário o envio do projeto pedagógico e ementa das matérias, caso aprovado pelo
664 Plenário. O Conselheiro Federal Waldir Pereira Gomes acredita que a formação cabe somente à
665 Academia, e cabe aos conselhos autorizar ou não o exercício da profissão, e isso exige conhecimento
666 da parte acadêmica para ser aprovado. A Conselheira Federal Denise Kassama Franco do Amaral
667 informou que colocaria, além do sugerido pelo Conselheiro Federal Antonio Melki Jr., uma observação
668 informando que outros documentos que se façam necessários para análise podem ser solicitados. O
669 Conselheiro Federal Eduardo Rodrigues da Silva informou que o artigo 2º da Resolução nº 1.997 diz
670 que a matriz curricular precisa contemplar ao menos 30% (trinta por cento) do conteúdo econômico, e
671 não é possível analisar pelo nome da disciplina. Informou que no artigo 3º, inciso I, a matriz solicitada
672 é uma matriz reduzida para avaliação de conteúdo, e só é necessário o projeto pedagógico, porque
673 dentro do projeto a instituição precisa obedecer as diretrizes pedagógicas do curso, auxiliando na
674 elaboração do documento seguinte, pois consta onde o profissional exercerá a profissão. O processo foi
675 colocado em diligência, a ser deliberado conforme os documentos solicitados forem anexados ao
676 processo. (áudio, 23/03, sábado, manhã, 02:46:00 – 03:16:50) **6.3. Proposta de registro de bacharéis
677 em finanças oriundos da Universidade Federal do Ceará (UFC/Sobral) - Procedência: Corecon-
678 CE (Processo 15.319/2011).** O Conselheiro Federal Eduardo Rodrigues da Silva fez a leitura do parecer,
679 em que manifestou ser favorável à aprovação dos profissionais solicitantes, tendo em vista que o curso
680 analisado possui uma área conexa à de Economia. O Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. questionou
681 se, tendo em vista que o curso é praticamente um curso de Economia, e muda apenas a nomenclatura,
682 seria possível solicitar a alteração de nomenclatura, e assim ter um registro oriundo de economista. O
683 Conselheiro Federal Eduardo Rodrigues da Silva respondeu informando que não é possível, pois no
684 registro do MEC de origem está desta forma, e seria necessária a criação de um novo curso. Sugeriu
685 que o título para os profissionais formados em cursos de finanças fosse financista. Em regime de
686 votação, aprovado. (áudio, 23/03, sábado, manhã, 3:18:30 – 3:30:00) **6.4. Proposta de registro
687 de bacharéis em relações internacionais oriundos da Universidade Federal de Minas
688 Gerais (UFMG) – Procedência: Corecon-MG (Processo 15.230/2011);** O Conselheiro
689 Federal relator, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, relatou que o Processo é semelhante ao
690 Processo analisado pelo Conselheiro Eduardo Rodrigues da Silva, e tem a mesma estrutura.
691 Faz referência à mesma resolução e aborda as 4 formações necessárias para um economista,
692 que são: geral, quantitativa, histórica e prática. O curso de Relações Internacionais da
693 UFMG também foi criado com base em um curso de Economia, apenas ampliando a carga
694 horária e a prática aos estudos das relações econômicas internacionais. Informou ainda que
695 o projeto pedagógico do curso aborda as áreas em que o Profissional deverá atuar, e isso é
696 aprovado pelo MEC. O Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. disse que a ideia é definir
697 para que eles não interfiram nossas áreas privativas dos ecomistas. O Conselheiro Federal
698 relator, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, utilizando a metodologia aplicada pelo
699 Conselheiro Eduardo Rodrigues da Silva, verificou que o curso em questão se enquadrava
700 na metodologia e então deu o parecer favorável ao registro de Internacionalistas no Corecon-
701 MG. O Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. sugeriu que seja definido o prazo entre uma
702 avaliação e outra. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, sugeriu que a
703 Comissão de Normas conversasse com os professores existentes no plenário para definição
704 dos prazos. Em regime de votação, aprovado. (áudio incompleto, 23/03, sábado, tarde,
705 00:00 – 00:19) **6.5. Alteração do layout da carteira profissional para inclusão do nome
706 social e reconhecimento da identidade de gênero do profissional Economista no âmbito
707 do Sistema Cofecon/Corecon - Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016 (Processo
708 15.643/2012);** O Conselheiro Federal relator, Antônio Melki Jr., informou que o assunto foi
709 ponto de pauta da última sessão plenária, mas que no *layout* aprovado o nome social estava

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

710 acima do nome de registro civil, e por isso está propondo um novo layout, onde o nome
711 social fica na frente da carteira profissional e o nome de registro civil fica atrás com outras
712 informações. Em regime de votação, aprovado. (*áudio, 23/03, sábado, tarde, 00:30 -02:45*)

713 **6.6. Apuração de suposto desfio de finalidade no âmbito do Corecon-MT ao elaborar estudo**
714 **tarifário sobre passagens de ônibus daquela região** (Processo 17.439/2016). O Conselheiro Federal
715 relator, Antonio Melki Jr., explicou que recebeu o processo durante a Plenária e que, por mais que o
716 setor jurídico do Cofecon tenha digitalizado previamente algumas partes, gostaria de prorrogar o
717 tempo para examinar todas as questões e na próxima plenária, relatar. O Presidente do Cofecon,
718 Wellington Leonardo da Silva, acatou, mas informou que é necessário ser na próxima plenária, porque
719 é um assunto que o Ministério Público está cobrando do Cofecon. O Conselheiro Federal relator,
720 Antonio Melki Jr., sugeriu oficial o Ministério Público que o processo será analisado na próxima
721 plenária do Cofecon. (*áudio, 23/03, sábado, tarde, 03:00 – 14:10*)

722 **6.7 Projeto das ações do**
723 **Grupo de Trabalho Economista Empreendedor** (Processo 18.879/2019); O Conselheiro
724 Federal relator, Lauro Chaves Neto, informou que teve uma reunião com a equipe de desenvolvimento
725 de produtos da Caixa Econômica Federal, abrindo um leque de oportunidades para o Sistema
726 Cofecon/Corecons, tendo em vista que estão desenvolvendo um sistema que usa economistas,
727 administradores e contadores, nos municípios onde a Caixa atua, e terão um cadastro nos Corecons,
728 a ser detalhado em breve, em que a Caixa indicará aos empreendedores para que procurem um
729 economista qualificado do cadastro, sendo uma oportunidade de emprego para os profissionais da
730 área. Apresentou as ideias básicas do projeto, a serem analisadas pela plenária, e solicitou autorização
731 para fazer uma pesquisa do economista empreendedor, com o objetivo de analisar o perfil. A
732 Conselheira Federal Denise Kassama Franco do Amaral informou que ideia da pesquisa é que o
733 Cofecon conheça melhor os economistas empreendedores antes de iniciar qualquer ação. O Presidente
734 do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, abriu a votação para aprovação da pesquisa. Em regime
735 de votação, aprovado. Em relação à linha de raciocínio apresentada pelo Conselheiro Federal, foi
736 aprovada, e terá detalhamento que será novamente ponto de pauta de plenária. (*áudio, 23/03,*
737 *sábado, tarde, 14:30 – 18:20*)

738 **6.8 Homologação do Regimento Interno do Corecon-AC**
739 (Processo 18.877/2019). O Conselheiro Federal relator, Paulo Dantas da Costa, informou que o
740 regimento foi submetido à Comissão de Normas, a qual discutiu o conteúdo e realizou pequenos
741 ajustes. Sugere que seja aprovado, devido a necessidades levantadas pelo Conselheiro federal
742 interventor, Nei Jorge Correia Cardim. O Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. explicou que
743 geralmente o Regimento Interno é aprovado pelo Corecon, seguindo padrão do Cofecon, e o plenário
744 do Cofecon homologa, ou não, sugerindo alterações, mas que devido o fato do Conselheiro
745 Interventor ser Conselheiro Federal, seria uma resolução do Cofecon a respeito do regimento, e não
746 apenas a homologação do regimento. Em regime de votação, aprovado. (*áudio, 23/03, sábado,*
747 *tarde, 18:30 – 44:40*). **Encontro dos funcionários (inclusão de pauta)** (Processo 18.917/2019) -
748 O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, informou que o evento possibilita uma troca
749 de experiências entre os funcionários que fazem os procedimentos dos Corecons. A programação
750 prévia foi distribuída aos conselheiros e o Presidente fez a leitura do documento. Informou que a data
751 seria 10 e 11 de maio, com local a ser definido, com os seguintes painéis: gestão financeira e
752 estratégica do Corecon, orientações da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon, fiscalização
753 profissional de pessoas físicas e jurídicas, registro profissional e recuperação de crédito, valorização
754 profissional, e comunicação, além de contar com palestra “como organizar sua vida financeira” e
755 ginástica laboral. Informou que todas as apresentações feitas serão enviadas aos Corecons, visando
756 facilitar as dúvidas. O Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. sugeriu encaixar um ponto para
757 melhoria do cadastro de economistas nos Conselhos, visando padronizá-lo visto que é a base primária
758 para chegar ao economista. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, informou que
759 pode ser incluso, porém acredita ser mais eficiente que sejam definidos na licitação quais campos não
760 podem ser abertos. O Conselheiro Federal Clovis Benoni Meurer sugeriu que fosse aberto um espaço
761 para as reivindicações dos Corecons. O Vice-Presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda,
762 gostou da sugestão feita pelo Conselheiro Clovis Benoni Meurer e sugeriu que fosse dividida a

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

761 avaliação do encontro com as reivindicações. O Conselheiro Federal Lauro Chaves Neto sugeriu que
762 fosse incentivada a criação de uma rede entre os funcionários, para que uma troca permanente de
763 experiência, com grupo em redes sociais. O Conselheiro Federal Eduardo Rodrigues da Silva
764 questionou a respeito dos funcionários que virão participar do encontro, e explanou que nem todos os
765 conselhos estão estruturados na fiscalização. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva,
766 informou que pode ser sugerido aos Corecons que na falta de um profissional de alguma área, um
767 conselheiro regional venha ao Cofecon para aprender a respeito. A Conselheira Federal Denise
768 Kassama Franco do Amaral questionou a respeito da ajuda do Cofecon para trazer os funcionários. O
769 Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, explicou que a Resolução do Encontro de
770 Funcionários diz que o Cofecon arcará os custos de deslocamento, hospedagem e alimentação dos
771 Corecons com menos de 1.000 (mil) ECV's. Sugeriu incorporar as sugestões e disse que o Cofecon
772 entrará em contato com os regionais para descobrir o total de funcionários e assim definir o local do
773 evento. Em regime de votação, aprovado com as inclusões solicitados. (áudio, 23/03, sábado,
774 tarde, 1:47:00 – 2:20:31) **Nota - Não se discute uma qualificada Reforma Tributária (inclusão
775 de pauta).** Após discussão, a nota foi aprovado nos seguintes termos: *“Na primeira quinzena de
776 dezembro de 2018, uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou proposta de Reforma
777 Tributária que tem como ponto básico a unificação de nove tributos em um só, o Imposto sobre
778 Operações de Bens e Serviços (IBS), ressaltando o argumento de que, assim, estaria sendo alcançada
779 uma simplificação dos procedimentos fiscais. A alegada simplificação é importante, uma vez que
780 diminui os trabalhos e os custos que as empresas empregam no cumprimento das obrigações, porém
781 não resolve a mais grave deformação do sistema tributário brasileiro: a acentuada regressividade
782 do modelo, traduzida pela alta incidência de tributos indiretos, que alcançam mais intensamente as
783 operações econômicas que envolvem o consumo de bens e serviços, em detrimento da tributação
784 direta sobre as altas rendas e sobre o estoque de riquezas. A proposta em nada melhora a deformação
785 aqui referida, uma vez que os nove tributos – Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
786 (ICMS), Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de
787 Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins),
788 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), Programa de Formação do Patrimônio
789 do Servidor Público (Pasep), Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) e Salário-educação – são
790 todos indiretos e ficariam unificados em um outro tributo também indireto, o IBS. A iniciativa se
791 encaixa em algo que, na linguagem mais popular, seria definido como “trocar seis por meia dúzia”,
792 considerando que sua potencial aplicação não resultaria em nenhuma repercussão de natureza
793 econômica e muito menos social. Assim posto, é possível afirmar que não há uma reforma tributária
794 em curso. A tributação indireta deve ser aplicada de forma seletiva, de modo a não alcançar pessoas
795 de baixa renda quando elas adquirem bens ou serviços essenciais (alimentos e medicamentos, por
796 exemplo), até para obedecer a dois princípios constitucionais postos no artigo 153/§ 3º/I, no caso do
797 IPI, e no artigo 155/§ 2º/III, no caso do ICMS, ficando reservada a sua aplicação mais intensa para
798 operações que envolvam produtos e serviços não essenciais, como os artigos de luxo, bebidas e
799 cigarros. (Detalhe: o ICMS é o tributo brasileiro de maior expressão econômica em termos de
800 arrecadação). A mesma incidência indireta permite algumas facilidades ao ente tributante, na
801 medida em que o contribuinte (o pagador dos impostos) não se dá conta, de imediato, de que está
802 sendo alcançado pelos tributos, já que estes estão inclusos nos preços. É de se imaginar o caso de
803 um indivíduo situado num degrau inferior da escala social, um pedinte de esmolas, por exemplo, que
804 vai ao armazém ou supermercado para usar o produto da sua mendicância na aquisição dos básicos
805 leite, pão, arroz, feijão e açúcar, e tem que deixar no caixa algo em torno de 20% do valor das
806 compras que será destinado ao pagamento de obrigações fiscais. Tal situação permite a absurda
807 conclusão: no Brasil, até os pedintes são fortemente alcançados pela tributação. A tributação direta,
808 ao contrário, é aplicada de forma mais justa, ao incidir sobre a renda, mais marcadamente sobre as
809 altas rendas, e sobre o estoque de riquezas patrimoniais. No Brasil, infelizmente, essas hipóteses de
810 tributação têm baixo significado econômico, cabendo citar que no ano de 2015 a arrecadação com
811 os seis tributos sobre a propriedade (Sobre Grandes Fortunas, ITR, ITCMD, IPVA, IPTU e ITBI)*

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

812 alcançou a marca e 1,45% do PIB, num universo de 32,11% do PIB correspondente à carga tributária
813 total registrada naquele ano (dado coletado em A Reforma Tributária Necessária, 2018: Anfip,
814 Fenafisco). De outra parte, o Imposto de Renda (IR) brasileiro também é de baixa expressão
815 econômica em termos de arrecadação, figurando em 48º lugar numa relação que compara a
816 aplicação desse tributo em 57 países da OCDE – Organização para a Cooperação e
817 Desenvolvimento Econômico – e da América Latina, dados de 2015 (fonte: Anfip, Fenafisco). Está
818 previsto no Regulamento do Imposto de Renda, objeto do Decreto nº 3.000/99 – complexo diploma
819 legal composto de mais de 1.000 artigos e mais um conjunto de outras leis –, uma série de dispositivos
820 desonerativos, sendo o mais falado aquele que dispensa a incidência do imposto nos ganhos de lucros
821 e dividendos auferidos por pessoas físicas ou jurídicas, domiciliados no Brasil ou no exterior; nos
822 termos da Lei nº 9.249/95, em seu artigo 10. A proposta apresentada pelos parlamentares está em
823 consonância com o que sempre foi praticado no Brasil. Os que detêm as rédeas sociais – os ricos e
824 poderosos – nunca se dispuseram a devolver à sociedade parte do que a mesma sociedade lhes
825 transfere no processo de permanente acumulação/concentração da riqueza. Prova marcante disso é
826 o caso do Imposto sobre Grandes Fortunas, que nunca saiu do imaginário do legislador
827 constitucional, fazendo do artigo 153/VII (dispositivo que prevê o tributo) um enfeite, uma figura de
828 arabesco, já que não possui nenhum significado prático, dado que, até hoje, ainda carece de uma lei
829 complementar para a sua efetivação. Com a indicação da Comissão fica perdida uma excelente
830 oportunidade para correção daquela grave deformação do modelo tributário, cuja adequação
831 poderia gerar valiosos desdobramentos positivos de natureza econômica e social, considerando que
832 o instrumental tributário dispõe de eficazes ferramentas para tal fim. Nesse passo, alguns dados
833 merecem destaque: em 2015, no Brasil, 22,7% do produto da arrecadação tributária foi proveniente
834 de tributos sobre a renda e o patrimônio, 49,7% foi proveniente do consumo e 27,6% definidos como
835 “outros” (basicamente incidências sobre a folha de pagamento). Nos países mais evoluídos – EUA,
836 Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá – as práticas tributárias estão pautadas
837 numa lógica bem diversa, na qual a tributação direta tem mais importância. Nos Estados Unidos,
838 por exemplo, naquele mesmo ano de 2015, a arrecadação com Imposto de Renda e com tributos que
839 incidem sobre o patrimônio representou 59,4% do total arrecadado, enquanto 17% veio da tributação
840 sobre o consumo e 23,6% de “outros”; os dados médios para os países da OCDE são, na mesma
841 sequência, 39,6%, 32,4% e 28%. (Fonte dos dados: Anfip, Fenafisco). O exemplo norte-americano,
842 com uma tributação direta mais expressiva do que a tributação indireta, se reproduz nos demais
843 países aqui tidos como mais evoluídos, podendo ainda acrescentar no mesmo contexto as práticas
844 desenvolvidas na Dinamarca, Austrália, Nova Zelândia, Suíça, Irlanda e Noruega. Ao optarem por
845 esse modelo de tributação, esses países desenvolvem algo que pode ser definido como justiça fiscal,
846 em que se busca tributar as pessoas (não as empresas) com maior capacidade contributiva, retirando
847 dos pobres o ônus pelo pagamento do custo tributário. Nesse contexto, é necessário entender que a
848 busca por práticas idênticas àquelas aplicadas naqueles países é o que construirá uma efetiva
849 reforma tributária no Brasil. Por enquanto, a proposta apresentada pela Câmara dos Deputados está
850 longe disso, dado que concentrada na alteração ou simplificação de tributos indiretos.” **7. OUTROS**
851 **ASSUNTOS. (não houve). 8. Encerramento** O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da
852 Silva, agradeceu a presença de todos e, às 17h00, deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu,
853 Raphael Pacheco Filho, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e
854 pelo presidente da Sessão. Brasília, vinte e três de março de dois mil e dezenove.

855

856

857 **Econ. Wellington Leonardo da Silva**

858 Presidente do Cofecon

Raphael Pacheco Filho

Secretário *ad hoc*